

CONTRATO CEDAE N.º **154** /2018 (DF)que entre si celebram a **COMPANHIA  
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**  
e a **EDEN GASES E SOLDAS LTDA EPP**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **EDEN GASES E SOLDAS LTDA EPP**, sediada na Av. Presidente Kennedy, nº 52, Galpão, Coelho da Rocha, São João de Meriti/RJ, CEP.25.550-026, inscrita no CNPJ sob o nº 74.187.840/0001-41, neste ato por meio de seu sócio administrador, Sr. ALTAIR JOSÉ DE OLIVEIRA TERRA, brasileiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 05723450-2 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 889.108.817-04, residente e domiciliado na Av. Presidente Kennedy, nº 53, Fundos, Vila Jurandy, Éden, São João de Meriti/RJ, resolvem celebrar o presente Contrato de Aquisição de Gás Oxigênio e Dióxido de Carbono, com fundamento no processo administrativo nº **E-07/100.313/2018**, mediante **Pregão Eletrônico nº 358/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Decreto Estadual nº 42.063/2009, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição de "**AQUISIÇÃO DE GÁS OXIGÊNIO E DIÓXIDO DE CARBONO**", itens 01 e 02 do Anexo II ao Edital, conforme tabela abaixo.

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.
01	Dióxido de Carbono (CO <sub>2</sub> )	1.716	KG
02	Oxigênio (O <sub>2</sub> )	9.000	M <sup>3</sup>

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, sendo a entrega fracionada, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo II do Edital).

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;



- c) exercer a fiscalização do contrato;  
d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do **Pregão Eletrônico nº 358/2018** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.
- e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propositos à **CEDAE** ou terceiros.

**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:

- Programas de Trabalho: 2200022016 e 1200226064
- Código Orçamentário: 33.90.30.15
- Fonte de Recursos: 10
- Conta Contábil: 411110202
- Centros de Custos: DG00040000, DG00010000, DG00020000, DP22020000, DM06000000 e DS03000000
- ID da Reserva Orçamentária: 2018000935

**CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:**

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 80.797,20** (oitenta mil, setecentos e noventa e sete reais e vinte centavos), conforme tabela abaixo.

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Dióxido de Carbono (CO <sub>2</sub> )	1.716	KG	6,70	11.497,20
02	Oxigênio (O <sub>2</sub> )	9.000	M³	7,70	69.300,00
TOTAL:					80.797,20



#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de Dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

#### **CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 80.797,20 (oitenta mil, setecentos e noventa e sete reais e vinte centavos)** em parcelas de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, correspondente a cada parcela, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que





aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso)".

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento, de cada parcela.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.



b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

**PARÁGRAFO QUINTO:** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO OITAVO:** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO NONO:** O valor das multas previstas na alínea "b", do item 18.1, e no item 18.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente;

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.



**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO**

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.



**PARÁGRAFO ÚNICO:** As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

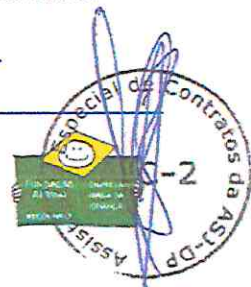
**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO -** Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:





- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à **CEDAE**, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A comunicação imediata à **CEDAE** de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da **CEDAE**, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

**PARÁGRAFO SEXTO** - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**PARÁGRAFO NONO** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.






**PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO-** Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.


**PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO-** As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2018.

Pela **CEDAE**:

  
**JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**  
Diretor Presidente

  
**HELIO CABRAL MOREIRA**  
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com  
Investidores

Pela **CONTRATADA**:

  
**ALTAIR JOSÉ DE OLIVEIRA TERRA**  
Sócio Administrador

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Ref. Contr-EDEN-GASES-aquisição-de-gás-oxigenio-e-dioxido-de-carbono-PE-358-2018-VBO



SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES  
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOSDESPACHOS DO PRESIDENTE  
DE 29.10.2018

**PROC. Nº E-10/005/105762/2018 - AUTORIZA** a atualização do quadro de horários e frota do serviço 428P Campo Grande - Itaguaí (via Estrada do Campinho) "SA", operada pela empresa Expresso Real LTDA (RJ-133), mantidas as demais características operacionais: Partidas do Campo Grande, De segunda-feira a sábado, De 4h10 às 18h20, de 50 em 50 minutos, De 18h20 às 22h, de 55 em 55 minutos, Aos domingos, De 5h30 às 19h30, de 60 em 60 minutos, De 19h30 às 21h40, de 65 em 65 minutos, Partidas de Itaguaí, De segunda-feira a sábado, De 5h às 22h, de 50 em 50 minutos, De 20h às 22h, de 50 em 60 minutos, As 23h50, Aos domingos, De 5h às 19h, de 60 em 60 minutos, De 19h às 22h, de 70 em 70 minutos, Frota mínima: 4 (quatro) ônibus urbanos.

DE 31.10.2018

**PROC. Nº E-10/005/3110/2018 - AUTORIZA** a reformulação do quadro de horários e frota da linha P410 Morro Azul - Vassouras (via Sacra Família) "SA", operada pela Empresa de Ônibus e Turismo Pedro Antonio LTDA (RJ-125), conforme abaixo especificado, mantidas as demais características operacionais: Saídas de Morro Azul, De segunda-feira a sábado, às 16h30, Saídas de Vassouras, De segunda-feira a sábado, às 11h30, Frota mínima: 01 (um) ônibus rodoviário.

**PROC. Nº E-10/005/107544/2018 - AUTORIZA** a reformulação do quadro de horários e frota da linha B505 Armação dos Búzios - Santo Antônio (via Raza) "SA", operada pela empresa Auto Viação Saligneira LTDA (RJ-111), mantidas as demais características operacionais: Partidas de Armação dos Búzios, De segunda-feira a sábado, de 5h às 23h, de 180 em 180 minutos, Aos domingos e feriados, de 5h30 às 23h30, de 180 em 180 minutos, Partidas de Santo Antônio, Diariamente, inclusive feriados, de 7h às 22h, de 180 em 180 minutos, Frota mínima: 02 (dois) ônibus urbanos.

DE 09.11.2018

**PROC. Nº E-10/005/4806/2018 - AUTORIZA** a suspensão do Serviço de Transporte Complementar, do permissionário Sr. Gilberto Marino Guimarães, registro nº 501.006, no prazo de 30 (trinta) dias.

**PROC. Nº E-10/005/5428/2018 - MANTENHO** o indeferimento.

**PROCESSOS NºS E-10/005/100929/2018, E-10/005/105502/2018, E-10/005/106687/2018, E-10/005/106694/2018, E-10/005/107108/2018, E-10/005/107110/2018, E-10/005/107393/2018, E-10/005/107898/2018, E-10/005/107932/2018 E E-10/005/109456/2018 - AUTORIZO** os parcelamentos de débito.

Id: 2145299

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES  
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

## RETIFICAÇÃO

D.O. DE 30.10.2018

PÁGINA 22 - 1ª COLUNA

## DESPACHO DO PRESIDENTE

DE 02.10.2018

Proc. nº E-10/005/100887/18

Onde se lê: "...Serviço Nova Iguaçu - Rosende (via RPTN) A...",  
Leia-se: "... Serviço Nova Iguaçu - Resende A..."

Id: 2145281

## Secretaria de Estado do Ambiente

## DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## ATO DO DIRETOR-GERAL INTERINO

PORTARIA SEA DGF Nº 75 DE 13 DE NOVEMBRO 2018

CONSTITUI COMISSÃO PARA OS FINS QUE  
MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - INTERINO DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA, no exercício de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Designar DANIEL PAULINO SILVA, Id. Funcional 5034760-8, WALDINEI AZEVEDO DA SILVEIRA, Id. Funcional nº 4255391-1 e ANDRÉ MOREIRA DE SOUSA SILVA, Id. Funcional nº 4274784-8 para ser a presidência do primeiro, constituir Comissão de Inventário de Bens Patrimoniais da Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, referente ao exercício de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2018

LINCOLN MURCIA

Diretor-Geral de Administração e Finanças-Interino

Id: 2145568

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## ATO DOS PRESIDENTES

PORTARIA CONJUNTA INEA/DRM-RJ Nº 212

DE 09 DE NOVEMBRO DE 2018

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO  
ORÇAMENTÁRIO.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA E PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DRM-RJ, no exercício de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 7.344, de 10 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018, o Decreto nº 46.230, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a Programação Orçamentária e Financeira e Estabelece Normas para a Execução Orçamentária do Poder Executivo para o Exercício de 2018 e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução Orçamentária e a IN AGE nº 24, de 09 de setembro de 2013, que estabelece normas para a prestação de contas de descentralização.

## RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário, na forma a seguir especificada:

I - PROJETOS: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 04/2016, Processo INEA Nº E-07/002.04923/2016.

II - VIGÊNCIA: início: data da publicação da portaria e término: 31/12/2018.

III - DE/Concedente: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

UO: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

UG: 243200 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

IV - PAR/Executante: 3134 - Departamento de Recursos Minerais - DRM-RJ.

UG - 3531.00 - Departamento de Recursos Minerais - DRM-RJ.

## V - CRÉDITO

PT: 2432.18.543.0190.5455 - Melhoria da Infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos.

Natureza da Despesa Fonte Valor

3390.00 230 R\$ 42.316,83

Art. 2º - A prestação de contas dos recursos descentralizados, nos termos do Decreto nº 42.436/2010, deverá ser elaborada pelo responsável do setor que acompanhou a execução do objeto da descentralização, acompanhada de toda documentação, conforme previsto na Instrução Normativa AGE nº 24, de 10/09/2013. Quanto a prestação de contas final não for encaminhada no prazo determinado ou se for constatada quaisquer impropriedades, quando da análise, deverá a concedente notificar, de imediato, a executante, a fim de, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena da imediata instauração de tomada de contas, cumprir a obrigação ou sanar as impropriedades.

Art. 3º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA

Presidente

WILSON FERREIRA GIOZZA

Presidente

Id: 2145607

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## DESPACHOS DO PRESIDENTE

DE 06.11.2018

**PROCESSO Nº E-07/002.6663/2018 - AUTORIZA** a prorrogação da Licença de Vencimento do servidor GILBERTO O FÁRFA FERREIRA, Advogado, Id. Funcional nº 437.4322-6, pelo período de 2 (dois) anos, a contar de 20/10/2018, conforme deliberação na 301ª Reunião Ordinária de Assentos Gerais do CONDIR do dia 17 de outubro de 2018.

**PROCESSO Nº E-07/002.1947/2018 - AUTORIZA** a licença sem vencimento do servidor RODOLFO O FÁRFA FERREIRA, Advogado, Id. Funcional nº 446.1236-2, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 09/11/2018 a 08/11/2020.

## DIRETORIA DE PÓS LICENÇA

## DESPACHOS DO DIRETOR

DE 08.11.2018

**PROC. Nº E-07/002.14131/15 - INDEFIRO** a impugnação apresentada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 51/58.

**PROC. Nº E-07/002.4888/16 - INDEFIRO** a impugnação apresentada pela empresa HOSPEDAGEM BEIRA MAR LTDA-ME, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 22/25.

**PROC. Nº E-07/002.3842/16 - DEIXO DE CONHECER** a impugnação apresentada pela empresa CERÂMICA GUARÁI LTDA - EPP, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 27/30.

**PROC. Nº E-07/002.9613/14 - INDEFIRO** a impugnação apresentada pela empresa MINERAÇÃO LITORÂNEA S.A., acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 51/58.

**PROC. Nº E-07/002.2203/16 - INDEFIRO** a impugnação apresentada pela empresa SUPERMERCADO FEIRA NOVA LTDA, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 22/25.

**PROC. Nº E-07/002.14131/15 - INDEFIRO** a impugnação apresentada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 51/58.

**PROC. Nº E-07/002.3842/16 - DEIXO DE CONHECER** a impugnação apresentada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ, em função do seu intempestividade, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 54/57.

**PROC. Nº E-07/002.2663/13 - DEIXO DE CONHECER** a impugnação apresentada pelo Sr. RODOLFO RIECHERT, em sua intempestividade, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 81/84.

**PROC. Nº E-07/002.7850/15 - INDEFIRO** a impugnação apresentada pela empresa INDUSTRIA DE CAFE GAROTO DE PADUA LTDA, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 55/60.

**PROC. Nº E-07/002.12972/15 - INDEFIRO** a impugnação apresentada pela empresa AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A., RECUSO acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 34/72.

**PROC. Nº E-07/002.1136/14 - INDEFIRO** a impugnação apresentada pelo Sr. WILLIAM RIBEIRA DA SILVA, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 40/44.

## DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO

## GERENCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

## DESPACHO DA GERENTE

DE 09.11.2018

**PROCESSO Nº E-07/002.105523/2018 - LICIO AUGUSTO DOS SANTOS PESSENHA**, Ajudante Operacional, matrícula nº 2701668-2, Id. Funcional 2150106-8. O servidor FAZ JUS ao abono de permanência, pois completou os requisitos para Aposentadoria Integral em 26/10/2018, nos termos do Art. 40, § 1º, III, "a" da CF/88, estando o presente administrativo de acordo com a legislação vigente, e alinhado com a Resolução SARE nº 3026/04.

## SUPERINTENDENTE REGIONAL DA BAÍA DE GUANABARA

## DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

DE 09.11.2018

**PROCESSO Nº E-07/002.18002/2013 - INDEFIRO** o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos no imóvel situado à RUA MARIA ANGÉLICA, Nº 183 A 185 - LAGOA, Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 173/18, referente ao processo em referência.

**PROCESSO Nº E-07/011.733/2008 - INDEFIRO** o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos no imóvel situado à AV. NOSSA SENHORA DE COPACABANA, Nº 1144 - COPACABANA, Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 172/18, referente ao processo em referência.

Id: 2145610

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBGEIA/00151456

NOME: Castro Industria e Comércio de Pescados Ltda. CNPJ/CPF Nº 31.980.576/0001-36, ENDEREÇO: Rua Poeta Brasil dos Reis, 189 - Praia do Anil, MUNICÍPIO: Angra dos Reis - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não cumprimento ao solicitado na notificação SUPBGEIA/00144878. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: R\$ 1.293,14. PROCESSO Nº E- 07/002.6858/2015.

Id: 2145606

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 25/10/2018

**DESIGNA CARLA ROBAINA DE ARAUJO**, Técnico de Contabilidade II, como Presidente, RENATO FERREIRA COELHO, Técnico de Contabilidade II, HELMUT ALEXANDRE DE PAULA, Contador B, como

membros titulares e RENATO DA SILVA FERREIRA, Assessor de Diretoria, como membro suplente, Gerente do ANDREA CONCEIÇÃO FERREIRA MARTINS, Agente de Saneamento H, para Gerente do referido contrato, de acordo com a Ordem de Serviço "E" nº 11.864 de 07/12/2018, bem como JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA II, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS DE REAVIAÇÃO E MENSURAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL DA PRECIS E CAC, CONFORME DELIBERAÇÃO CVM Nº 695/2012, PARA O EXERCÍCIO DE 2018", de que trata o Processo Nº E-07/100.244/2018, Ordem de Serviço "E" Nº 15.299/2018.

Id: 2145225

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 26/10/2018

**DESIGNA MARCOS LUIZ JOSE MARTINS**, Técnico de Saneamento II, como Presidente, DAVI FERREIRA DO MONTE, Agente de Saneamento C, WALLACE NEY CERQUEIRA DA SILVA, Engenheiro B, ERASMO PIRAMA DA SILVA JUNIOR, Agente de Saneamento G, OTAVIO GREGORIO DA SILVA FILHO, Agente de Saneamento C, LEANDRO TEIXEIRA PINTO, Engenheiro B, JOSE ANTONIO MARQUES FERREIRA, Agente de Saneamento D, OCTAVIO LEGG NETO, Engenheiro E, LANDERLEY LEMOS DE ABREU, Técnico de Eletromecânica II, WILSON ELIAS MIGUEL, Agente de Saneamento C, CARLOS NEVES FORTES, Técnico de Eletromecânica II, RAFAEL CORREA BRAGA, Engenheiro A, ALBERTO JOSE SOARES, Agente de Saneamento G, CELSO SOARES SILVA, Agente de Saneamento I, RIVALDO DOS SANTOS DE SOUZA, Agente de Saneamento D, MANOEL AUGUSTO DOS SANTOS, Agente de Saneamento C, G. MARCUS VINICIUS CORREA NEVES, Agente de Saneamento G, DEMILSON SOARES SILVA, Agente de Saneamento G, WILSON RAFAEL, Técnico de Eletromecânica II, PAULO VITOR SILVEIRA PRIMO, Engenheiro B, WILSON VENTURA DA SILVA, Agente de Saneamento G, como membros titulares e CELSO JACINTO DA CRUZ, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "AQUISIÇÃO DE GAS OXIGÊNIO E DÍÓXIDO DE CARBONO" de que trata o Processo E-07/100.313/2018, Ordem de Serviço "E" Nº 15.302/2018.

Id: 2145226

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 23/10/2018

**DESIGNA LEONEL FAGUNDES DE ASSIS**, Agente de Saneamento I, como Presidente, WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA e LEANDRO COUTO ROSA, Técnicos de Laboratório II, como membros titulares e JOÃO ANGELO GOMES DE SOUZA, Analista de Qualidade C, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "AQUISIÇÃO DE SAIS DE FERRO", de que trata o Processo Nº E-07/100.786/2017, Ordem de Serviço "E" Nº 15.293/2018.

Id: 2145227

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 31/08/2018

**DESIGNA MARIA DA GLÓRIA DA CONCEIÇÃO BENETTI**, Técnica de Contabilidade II, como Presidente, FÁBIO LUIZ FERREIRA DA PAZ, Assessor de Saneamento, SANDRO ARANTES DRUMOND COUTINHO, Agente de Saneamento H, como membros titulares, e MARCO ANTONIO DE ANDRADE RODRIGUES, Agente Administrativo B, como membro suplente, Gerente do Contrato PAULO FERREIRA DE OLIVEIRA, Agente Administrativo B e FERNANDA DA SILVA PACHECO SILVA, Contador B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "LOCAÇÃO DO IMÓVEL NO MUNICÍPIO ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN, SITUADO NA AV. JOAO BATISTA FERRINI Nº 100 - FUNDO Nº 100 - CENTRO - ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN - RJ", de que trata o Processo Nº E-17/100.281/2016, Ordem de Serviço "E" Nº 15.233/2018.

Id: 2145228

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

## INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## ATO DA PRESIDENTE

PORTARIA PRES/ITERJ Nº 181 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018

**DESIGNA AGENTES SECCIONAIS DE BENS IMÓVEIS DESTES INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ.**

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ, DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso II, artigo 12, do Decreto nº 26.818, de 31 de julho de 2000 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Nº E-07/020.10002/2018, e

CONSIDERANDO a edição dos Decretos nº 46.028, de 23/06/2017 e nº 46.299, de 04/05/2018, que versam sobre a criação da Rede de Patrimônio Imóvel do Estado do Rio de Janeiro - REDEPAT e o Sistema Estadual de Gestão do Patrimônio Imóveis - SIGEPAT.

## RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores, abaixo relacionados, no processo administrativo nº E-07/020.10002/2018:

Carlos Pereira Junior, Técnico Assistente, Id. Funcional nº 2052874-4 - Agente Seccional;  
Edil Pericles Faria, Analista de Desenvolvimento Fundiário - Id. Funcional nº 9022981-8 - Agente Seccional.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2018

ELISABETH MAYUMI SONE DE RIBEIRO

Presidente

Id: 2145567

Secretaria de Estado de  
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

## DESPACHOS DO SECRETÁRIO

DE 12.11.2018

**PROCESSO Nº E-02/007/101607/2018 - HOMOLOGO** o resultado da licitação na modalidade de SHOPPING Nº 023/2018, do tipo Menor Preço Global por Lote, realizado em 08/11/18, cujo objeto foi adjudicado nos termos do art. 9º, inc. V, do precatório Regulamento, na forma que segue:

KZFS SISTEMAS E PROJETOS LTDA, para o Lote Único - Contratação de Empresa para o Aprimoramento (Customização), com a Finalidade de Evoluir e Otimizar a Estrutura do Sistema de Planejamento Comunitário Participativo - Sistema PCP Agro Geo - com inclusão de Novas Funcionalidades de Coleta, Acompanhamento e Organização de Dados da Assistência Técnica e Extensão Rural para a Gestão e Consolidação dos Planos de Trabalho das Microbacias Hidrográficas do Projeto Rio Rural, no valor global de R\$ 185.400,00 (cento e oitenta e cinco mil e quatrocentos reais).

Id: 2145528

DE 12.11.2018

**PROCESSO Nº E-02/003/192/2012 - RECONHEÇO A DÍVIDA**, no valor de R\$ 51.876,98 (cinquenta e um mil seiscientos e setenta e seis reais e quarenta e nove centavos), em favor do Grupo Impacto Empreendimentos EIRELE-EPP.

Id: 2145595